

O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: relato de experiência em duas comunidades tradicionais paraenses

Marllon Santos da Silva¹
Aline Barbosa Tinoco Luz²
Osiris Ricardo Bezerra Marques³

Resumo

O turismo em comunidades tradicionais vem se fortalecendo nos últimos anos no cenário mundial e brasileiro devido à expansão de práticas como o turismo de base comunitária, o afroturismo, o turismo étnico, entre outras. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é destacar a importância de um processo participativo por meio do protagonismo comunitário em iniciativas turísticas voltadas para o TBC, tendo como objeto de pesquisa duas comunidades tradicionais diferentes, uma indígena e outra quilombola - o Território Quilombola Laranjituba e África e a Comunidade Indígena Borari, ambos participantes do Projeto Experiências do Brasil Original (2023-2024), promovido pelo Ministério do Turismo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e demais parceiros. Para atingir o objetivo, estruturou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, configurada como uma pesquisa-ação, dividida em três fases diagnósticas: pré-campo, campo e pós-campo por meio de técnicas como levantamento bibliográfico e documental, caminhadas transversais, entrevistas e oficinas. Os resultados apontam as principais análises realizadas pelas comunidades sobre seus territórios, a natureza como recurso turístico de alta relevância e as limitações percebidas pela comunidade para o desenvolvimento do TBC em seus respectivos contextos. Além de ratificar a importância das metodologias participativas para o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Diagnóstico participativo; Turismo de Base Comunitária; Indígenas; Quilombolas; Comunidades Tradicionais.

¹ Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense e graduado em turismo pelo CEFET/RJ. .Doutorando em Estudos do Lazer na UFMG

² Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrado e graduação em Turismo pela Universidade Federal Fluminense.

³ Docente na Faculdade de Turismo e Hotelaria e Programa de Pós-Graduação em Turismo na Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

PARTICIPATORY DIAGNOSIS IN COMMUNITY-BASED TOURISM: experience report in two traditional communities in Pará

Abstract

Tourism in traditional communities has been strengthening in recent years on the global and Brazilian scene due to the expansion of practices such as community-based tourism, afrotourism, ethnic tourism, among others. In this sense, the objective of this article is to highlight the importance of a participatory process through community protagonism in tourist initiatives aimed at TBC, having as research object two different traditional communities, one indigenous and the other quilombola - the Território Laranjituba e África and the Comunidade Indígena Borari, both participants in the Experiências do Brasil Original Project (2023-2024), promoted by the Ministério do Turismo, the Universidade Federal Fluminense (UFF) and other partners. To achieve the objective, qualitative research was structured, configured as action research, divided into three diagnostic phases: pre-field, field and post-field through techniques such as bibliographic and documentary survey, transversal walks, interviews and workshops. The results point to the main analyzes carried out by the communities on their territories, nature as a highly relevant tourist resource and the limitations perceived by the community for the development of TBC in their respective contexts. In addition to ratifying the importance of participatory methodologies for the development of tourism in traditional communities.

Keywords: Participatory diagnosis; Community-Based Tourism; Indigenous; Quilombolas; Traditional Communities.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO EN TURISMO COMUNITARIO: relato de experiencia en dos comunidades tradicionales de Pará

Resumen

El turismo en comunidades tradicionales se viene fortaleciendo en los últimos años en el escenario global y brasileño debido a la expansión de prácticas como el turismo comunitario, el afroturismo, el turismo étnico, entre otros. En este sentido, el objetivo de este artículo es resaltar la importancia de un proceso participativo a través del protagonismo comunitario en iniciativas turísticas dirigidas a TBC, teniendo como objeto de investigación dos comunidades tradicionales diferentes, una indígena y otra quilombola - el Territorio Quilombola Laranjituba e África y la Comunidade Indígena Borari, ambos participantes del Proyecto Experiencias do Brasil Original (2023-2024), impulsado por el Ministério do Turismo, la Universidade Federal Fluminense (UFF) y otros socios. Para lograr el objetivo se estructuró una investigación cualitativa, configurada como investigación acción, dividida en tres fases de diagnóstico: precampo, campo y postcampo a través de técnicas como levantamiento bibliográfico

y documental, paseos transversales, entrevistas y talleres. Los resultados apuntan a los principales análisis realizados por las comunidades en sus territorios, la naturaleza como recurso turístico de gran relevancia y las limitaciones percibidas por la comunidad para el desarrollo del CBT en sus respectivos contextos. Además de ratificar la importancia de las metodologías participativas para el desarrollo del turismo en las comunidades tradicionales.

Palabras clave: Diagnóstico participativo; Turismo Comunitario; Indígena; quilombolas; Comunidades Tradicionales.

INTRODUÇÃO

A imagem turística do Brasil ainda é muito voltada, mercadologicamente, para as imagens criadas e estigmatizadas no século passado pelos órgãos oficiais nacionais e internacionais. Embora exista uma mudança contundente nas perspectivas e possibilidades de desfrute do turismo, Kajihara (2010) expõe que muitos estereótipos relacionados ao turismo brasileiro foram frutos também de políticas públicas equivocadas que resistem ao tempo, pois ainda predomina-se, a imagem do samba, futebol, sol e praia, hipersexualização da mulher brasileira, entre outras questões. Ao longo dos anos, sobretudo a partir da virada do século XX para o XXI, o turismo no território brasileiro vem ganhando outros desdobramentos, bem como a imagem do país como destino turístico.

Os produtos e serviços turísticos atuais são diversos e não cabe reduzi-los apenas às práticas populares ou mais consumidas. Um exemplo claro e prático, que vem ganhando relevância em diferentes cenários, é o turismo de base comunitária (TBC), que desenvolve-se em múltiplos contextos. O TBC, de acordo com Burgos e Mertens (2015) objetiva incorporar novas formas de trabalho, com base em atividades planejadas, participação local e governança compartilhada por meio de um exercício consciente de corresponsabilidade, proporcionando, assim, uma outra lógica de vivenciar a atividade turística.

Para Irving (2009, p. 111) “o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo”. Ou seja, não é possível desempenhar o TBC sem articular parcerias e envolver a comunidade no núcleo central de sua articulação.

Fomentar o TBC é proporcionar um protagonismo cultural, disseminar a importância das relações étnico-raciais, possibilitar novas experiências e ferramentas

de promoção para determinadas localidades. Nesse sentido, compreende-se que o incremento do TBC, quando bem ordenado, pode vir a trazer uma valorização do local, da cultura, do conhecimento ancestral, das tradições e demais questões, pois as experiências oferecidas aos turistas são fundamentadas endogenamente (PORTO; PROENÇA, 2019).

O recorte geográfico da pesquisa envolve duas comunidades tradicionais no estado do Pará, sendo a primeira, o Território Quilombola Laranjituba e África localizado nos municípios de Moju e Abaetetuba e a segunda, o Território Indígena Borari, situado em Alter do Chão. Cardoso e Bonfim (2020) defendem que as comunidades tradicionais precisam exercer o direito ao desenvolvimento local sustentável com todo o seu repertório cultural, local e tecnológico na tomada de decisões.

A partir da relevância da temática e do desencadeamento do turismo nos últimos anos, a Universidade Federal Fluminense (UFF) desenvolveu em parceria com o Ministério do Turismo do Brasil e demais parceiros, o projeto Experiências do Brasil Original (EBO), iniciado em abril de 2023, objetivando o desenvolvimento de experiências turísticas memoráveis e transformativas em comunidades indígenas e quilombolas como forma de valorizar as culturas, fortalecer o turismo de base comunitária, gerar fontes alternativas de trabalho e renda e contribuir para a conservação da sociobiodiversidade das comunidades beneficiadas pelo projeto.

Este artigo expõe o potencial de duas comunidades, ambas, com o mesmo bioma, localizadas no estado do Pará, porém, com características e situações distintas, visto que o Território Indígena Borari apresenta o turismo como principal atividade econômica há alguns anos, enquanto o Território Laranjituba e África, passou a considerar a oferta turística com maior ênfase em 2023, a partir das ações do projeto EBO. Dessa forma, o objetivo geral do presente estudo destacar a importância de um processo participativo por meio do protagonismo comunitário em iniciativas turísticas voltadas para o TBC. Para atingi-lo, estruturou-se uma pesquisa-ação por meio de técnicas como levantamento bibliográfico e documental, caminhadas transversais, entrevistas e oficinas *in loco* com os comunitários.

O artigo divide-se em mais 5 seções além desta introdução, sendo a primeira uma contextualização do referencial teórico acerca do TBC; a segunda uma descrição do Projeto Experiências do Brasil Original, que resultou neste trabalho. A terceira

seção explicita a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, além de caracterizar os Territórios Laranjituba e África e Indígena Borari. A quarta seção expõe os resultados e, por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo de base comunitária vem sendo implementado e desenvolvido em comunidades tradicionais como uma alternativa em prol do resguardo de suas tradições, fortalecimento local, geração de trabalho e renda, entre outras questões. O Decreto no 9.763, de 11 de abril de 2019 expõe que:

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (BRASIL, 2019).

Enquanto política pública nacional, esse processo deve ocorrer a partir da premissa da valorização e incentivo à cultura local considerando as especificidades do território em questão e seus diversos atores sociais, para que o turismo venha a ser considerado como uma alternativa sustentável, capaz de gerar melhorias nas comunidades receptoras (BRANDÃO, 2012; LIMA *et al.* 2015).

Inicialmente, é importante destacar que o TBC pode vir a ser implementado em diferentes contextos, contudo, em consonância com o seu objetivo, o estudo voltar-se-á para as comunidades tradicionais brasileiras. No Brasil, o decreto de número 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades tradicionais – PNPCT, definindo no parágrafo I, do artigo 3º, os povos e comunidades tradicionais como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Complementando a citação acima, Grzebieluka (2012) destaca que essas comunidades constroem o seu modo de viver com uma ampla ligação com a natureza, o conhecimento ancestral, bem como as inovações e práticas criadas dentro de seus

próprios territórios. É nesse cenário que a implementação da atividade turística vem sendo interpretada como uma alternativa viável para determinadas comunidades tradicionais, viabilizando a difusão de informações sobre os povos tradicionais e sua relação com a natureza, bem como os demais elementos presentes (BATISTA; PAULA, 2014).

O incremento e/ou expansão da atividade turística nessas comunidades constitui relevante oportunidade para promover a inserção social, o desenvolvimento econômico, bem como a valorização dos recursos naturais e culturais em seus territórios. Denkewicz, Martins e Nigro (2022) destacam a partir do estudo desenvolvido na Ilha do Mel, no estado do Paraná, que a oferta do turismo tem estimulado o fortalecimento de traços culturais, sociais e religiosos que estavam sendo desconsiderados por órgãos locais e os próprios integrantes da comunidade. Souza (2013, p. 758) destaca que “o turismo reacende e revitaliza as tradições que já estavam esquecidas pelo grupo vivendo na cidade e próxima a ela, havendo um processo de readaptação dessas culturas”.

Num cenário turístico em que as experiências estão sendo continuamente valorizadas e os turistas estão em busca de imersão, conexão com a natureza, aprendizado, transformação pessoal, dentre outras questões, algumas comunidades tradicionais encaram a sua oferta como uma perspectiva para o seu desenvolvimento local, que torna-se possível por meio de apoio e capacitação de seus integrantes para a criação e o aprimoramento de experiências turísticas que estejam aptas à comercialização, com base nos desejos e limites da própria comunidade.

Considera-se o desenvolvimento local como processo de transformação centrado no ser humano como *proxy* para a melhoria da qualidade de vida da coletividade, dos grupos sociais e das comunidades. Esse processo revela-se dinamizador da sociedade mediante novas formas de produzir, consumir e compartilhar. Baseado no social, no econômico e na base de sustentação material, isto é, em recursos naturais e tecnológicos que viabilizam a organização da produção e a organização social, o desenvolvimento local pode configurar-se como uma alternativa para as comunidades locais (tradicionais ou não), tornarem-se gestoras do seu desenvolvimento (ARAÚJO; TEMOTEO; ANDRADE, TREVIZAN, 2017, p. 12).

Dessa forma, é possível destacar a atividade turística como meio para alcançar o desenvolvimento local, visto que a gestão da atividade com base nos princípios do TBC, de forma associativa e com o protagonismo da comunidade local, pode vir a

direcionar a oferta do turismo com base nas condições existentes no contexto daquela comunidade.

Algumas comunidades iniciam esse processo a partir do turismo pedagógico, por exemplo, com ou sem pernoite, atendendo crianças e jovens do ensino médio, pesquisadores, profissionais, conforme apontado por Martins e Futemma (2022). Após uma estruturação, a oferta pode expandir-se e o contato com parceiros, agências de viagem e operadoras de turismo podem ser iniciados, a fim de atingir outros públicos, caso seja um desejo da comunidade, visando um desenvolvimento endógeno.

Em outros casos, a comunidade encontra no TBC a possibilidade de redesenho e resistência do uso turístico de seu território, já afetado pelo turismo de massa, minimizando os impactos predatórios desse tipo de turismo (RANGEL; GUERRA, 2019; SANTOS *et al.*, 2022).

Para Diniz (2006), o desenvolvimento endógeno visa um processo de mudança, para, assim, proporcionar à comunidade local melhorias nas condições e qualidade de vida. A roteirização, visando uma exploração turística, apresenta-se como um meio para a promoção do desenvolvimento endógeno (EIDT, 2022). As políticas implementadas e orientadas, de acordo com Sant'anna e Oliveira (2019), acabam por expressar os níveis de organização social necessários ao desenvolvimento territorial endógeno.

Contudo, é importante ponderar que tais ações considerem as especificidades das comunidades tradicionais, bem como uma visão decolonial, visto que é necessário um respaldo para não expor os povos tradicionais e suas particulares a questões que possam gerar violência, considerando o histórico de violência e os processos conflituosos e estigmatização que passaram e ainda passam (ALMEIDA; EUZEBIO, 2021).

Nesse sentido, considera-se as ações governamentais e acadêmicas como potenciais para o implemento e/ou desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais, compreendendo-os como facilitadores desse processo, visto que os protagonistas devem ser os comunitários.

O PROJETO EXPERIÊNCIAS DO BRASIL ORIGINAL (EBO)

O projeto Experiências do Brasil Original teve início em abril de 2023, encerrando-se em abril de 2024. Foi uma ação de política pública resultante da parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Ministério do Turismo. Seu principal objetivo foi impulsionar o turismo de base comunitária em comunidades indígenas e quilombolas para o desenvolvimento de experiências turísticas memoráveis e transformativas.

A seguir (Quadro 1), estão explicitadas as datas e períodos de cada etapa do projeto.

Quadro 1 - Cronograma e etapas do EBO

Período	Atividades
Março	Reuniões com parceiros e definição das comunidades participantes
Abril a junho	Estruturação do projeto, desenvolvimento das metodologias adotadas, levantamento do referencial teórico, etc.
Junho e julho	Elaboração da fase diagnóstica
Agosto	Realização das Oficinas de Experiência
Setembro	Alinhamento das necessidades, elaboração de relatórios e preparação para a validação
Novembro e outubro	Realização da validação das Experiências Turísticas Memoráveis e Transformativas
Novembro	Elaboração de relatórios
Dezembro a abril	Apoio à comercialização

Fonte: os autores (2023).

Sua execução foi considerada uma forma de valorizar as diferentes culturas, gerar fontes alternativas de trabalho e renda e contribuir para a conservação da sociobiodiversidade das comunidades beneficiadas pelo projeto. O presente estudo contempla a etapa diagnóstica, que ocorreu em junho e julho.

O quadro 2 apresenta as comunidades participantes, bem como a localização de cada uma.

Quadro 2 - Comunidades participantes

Comunidade	Local
-------------------	--------------

Comunidade Indígena Raposa I	Normandia (Roraima)
Comunidade Indígena Borari de Alter do Chão	Santarém (Pará)
Quilombo Povoado Moinho	Alto Paraíso (Goiás)
Território Quilombola Laranjituba e África	Laranjituba e África (Pará)

Fonte: os autores (2024)

Para este relato, considerou-se as duas comunidades que apresentam o mesmo bioma, localizadas no estado do Pará, visto que uma é quilombola e a outra, indígena, julgou-se pertinente destacar as suas particularidades e as diferentes dinâmicas e realidades encontradas.

METODOLOGIA

Este relato de experiência tem por objetivo destacar a importância de um processo participativo por meio do protagonismo comunitário em iniciativas turísticas voltadas para o TBC. Tendo em vista o caráter aplicado do projeto citado e sua premissa participativa, a fim de conduzir o processo a partir de um protagonismo das populações locais, internalizando “a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2015, p.108), esta pesquisa de natureza qualitativa teve como abordagem metodológica, a pesquisa-ação. Caracterizada pela simbiose entre o conhecimento científico empregado pelo pesquisador e a experiência e cosmovisão do pesquisado, a pesquisa-ação propõe um fluxo contínuo entre reflexão e ação, sendo cada vez mais reconhecida nas pesquisas em comunidades tradicionais (BAUM, MACDOUGALL, SMITH, 2006).

A pesquisa-ação vem encontrando terreno fértil nas pesquisas relacionadas à atividade turística de base comunitária, adotando técnicas que visam o engajamento e o empoderamento dos comunitários e interrelacionando as fontes do saber prático (geralmente sob o domínio dos comunitários) com a base teórica proveniente da academia, propondo novas dinâmicas na produção do conhecimento (GOEBEL *et al.*, 2019).

Engels (2000) ressalta a propriedade situacional da pesquisa-ação e seu foco na relevância dos resultados para contextos específicos. Compreendendo as particularidades das duas comunidades que englobam o universo da pesquisa, a

pesquisa-ação é considerada um método relevante, visto que envolve diferentes contextos. Embora existam algumas semelhanças como o estado em que estão localizadas e ambas serem comunidades tradicionais, é importante considerar que ao falar-se de comunidades tradicionais, bem como na implementação do TBC, cada contexto é único.

Almeida e Castro (2017) destacam a emergência da pesquisa-ação nos estudos brasileiros, bem como dos diagnósticos participativos, como uma reação à lógica da intervenção colonialista e produtivista local. Amarilio (2023) também utilizou o método no contexto do TBC, fato que reafirma sua aderência à temática. Nesse sentido, consideramos o diagnóstico participativo, que compôs a primeira etapa do projeto junto às comunidades beneficiadas pela iniciativa para esse relato, pois de acordo com Souza (2009), as metodologias participativas, em especial o diagnóstico, representam um avanço no processo de participação da população envolvida, contribuindo, assim, para o seu protagonismo no processo.

Tomazin e Ramiro (2016) ressaltam que um diagnóstico participativo pode auxiliar na construção de um panorama da realidade estudada e identificar os potenciais atrativos. Ponderam também que ao adotar o método, é necessária uma construção dialógica, fundamentada na troca e valorização das diferentes formas de conhecimento.

Com base em experiências de um projeto anterior, o Projeto Experiências do Brasil Rural⁴, que aconteceu em 2021 e 2022 e com apoio do referencial teórico, a fase de diagnóstico foi dividida em 3 etapas: (i) pré-campo; (ii) campo e (iii) pós-campo. Considerando a metodologia adotada e almejando a fluidez da leitura e dados apresentados, optou-se por expor as etapas do diagnóstico brevemente a partir da Figura 1, e explicitar nos resultados como cada processo ocorreu, para, assim, apresentar as principais questões identificadas pelos comunitários participantes da pesquisa.

Figura 1 - Esquema metodológico do diagnóstico

⁴ O projeto Experiências do Brasil Rural, que ocorreu nos anos de 2021 e 2022 sob execução da UFF e promovido pelo MTur, norteou o processo metodológico do EBO.



Fonte: Acervo do projeto Experiências do Brasil Original (2023).

Considerando o relato de experiência, acredita-se que a apresentação das 3 etapas torna-se mais apropriada quando introduzidas junto aos resultados, facilitando uma maior compreensão acerca do conteúdo relatado. A seguir, será apresentado um breve resumo das duas comunidades consideradas neste trabalho.

A Comunidade Indígena Borari (CIB)

A Comunidade Indígena Borari (CIB) está localizada a apenas 33 Km do aeroporto internacional Maestro Wilson Fonseca em Santarém. Seguida de uma estrada pavimentada e de fácil acesso, encontra-se a vila balneária de Alter do Chão no Estado do Pará; mundialmente reconhecida por sua beleza cênica e natureza exuberante.

A imagem da vila, fortemente associada ao turismo de "sol e praia", é apontada pelos entrevistados como a principal causa da alta sazonalidade do turismo na região, que se concentra durante os meses de vazante do Rio Tapajós. Com muitas influências externas e atenção da mídia, a comunidade local viu suas referências culturais diluir gradualmente devido à especulação imobiliária, à ocupação pela atividade turística de massa, à modificação de suas festividades tradicionais, como o Sairé, e ao impacto do contato indireto com turistas.

Embora a tradição e a cultura borari sejam ricas e tenham um histórico de luta e resistência, que fazem desta vila uma verdadeira pérola cultural ao ar livre, esses elementos podem passar despercebidos por turistas menos atentos. O TBC vem constituindo, portanto, como alternativa para a reversão desse quadro desfavorável, apresentando um turismo mais alinhado com a cultura, as tradições e valores da comunidade borari.

O Território Quilombola Laranjituba e África (TLA)

O Território Quilombola Laranjituba e África (TLA) está localizado nos municípios de Moju e Abaetetuba, e encontra-se a aproximadamente 90km da capital paraense. Ocupado desde o século XVIII, os quilombolas vêm buscando manter e salvaguardar a identidade cultural e histórica, bem como a riqueza da Floresta Amazônica.

De acordo com o censo de 2022⁵, o território possui uma média de 200 pessoas distribuídas em 48 famílias. A escolaridade dos comunitários abarca, em sua maioria, pessoas alfabetizadas. Durante as atividades desenvolvidas foi possível identificar uma inserção dos jovens e adultos na academia, com quilombolas em cursos de graduação e pós-graduação em diferentes níveis.

⁵ Disponível em: [Terra Quilombola Laranjituba e África | Observatório \(cpisp.org.br\)](https://cpisp.org.br).

Apresenta como principal atividade produtiva o extrativismo, que é um dos principais contribuintes para a economia local, tendo como principal produto o açaí, além da Castanha-do-Pará, o cupuaçu e a mandioca.

Devido ao seu poder de atratividade por meio dos recursos naturais, culturais e sociais, o turismo passou a ser encarado recentemente como uma possibilidade de atuação. Nos últimos anos, sua concentração esteve voltada para a recepção de grupos escolares e pesquisadores, contudo, a partir de 2023, com a participação no EBO, os comunitários reafirmaram o desejo de expandir a oferta turística, como uma forma de projetar a imagem do território e suas lutas e possibilitar novas alternativas para os jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de revelar os dados por etapas, bem como a condução do diagnóstico, os resultados são apresentados de três formas: sendo a primeira o pré-diagnóstico, seguido pelo campo e finalizando com pós-diagnóstico.

O PRÉ-CAMPO

Esta fase do diagnóstico aconteceu de forma remota e concomitante em todas as comunidades participantes. Cabe destacar que nesse momento, as equipes já haviam sido formadas, sendo cada uma composta por dois pesquisadores da UFF. Objetivando criar uma relação mais próxima com os comunitários participantes para o desenvolvimento do trabalho, os pesquisadores foram responsáveis por conduzir todas as etapas (diagnóstico, oficinas de experiência e validação) na mesma comunidade.

Durante o pré-campo, realizou-se uma pesquisa exploratória a partir da coleta de dados secundários (fontes documentais oficiais) e primários (entrevistas semiestruturadas remotas com diversos atores locais) com o objetivo de fornecer à equipe de pesquisadores e à própria comunidade que os receberia posteriormente, mais familiaridade com os territórios e comunidades participantes do projeto. Ao todo foram realizadas 7 entrevistas nas duas comunidades.

Inicialmente, o contato foi realizado a partir das lideranças comunitárias, que puderam sinalizar positiva ou negativamente a implementação do projeto em seu território. Para as demais entrevistas foi aplicada a técnica bola de neve, "que utiliza

cadeias de referência, uma espécie de rede” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 50) de forma a contemplar lideranças locais para a coleta de dados na perspectiva da comunidade.

O roteiro de entrevista foi elaborado no intuito de nortear os pesquisadores para as informações julgadas mais importantes para a fase da pesquisa. No entanto, cabe destacar que a orientação geral era permitir possíveis desvios de roteiro caso fosse percebido esse desejo pelo entrevistado. O quadro 3 destaca, resumidamente, algumas informações centrais das duas comunidades selecionadas como o universo desta pesquisa.

Quadro 3 - Informações das comunidades coletadas no pré-campo

...	Comunidade Indígena Borari	Território Laranjituba e África
Localização	Santarém - Mesorregião do Baixo Amazonas	Moju e Abaetetuba - Mesorregião do Nordeste paraense
Clima	Tropical	Tropical
Bioma	Amazônia	Amazônia
Línguas	Português e Nheengatu	Português ⁶
Número de pessoas vivendo na comunidade/território:	508	200
Número de famílias vivendo na comunidade/território:	Estima-se 305	Estima-se 48
Principais atividades econômicas:	Turismo e serviço público.	Extrativismo e agricultura familiar
Associações identificadas na comunidade/território	ATUFA - Associação de turismo fluvial de Alter do chão; Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós; Núcleo de Mulheres Sapú Borari;	Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África (AQUIBAC).

⁶ Durante as atividades do campo, foi possível ouvir de alguns participantes frases como “ a gente fala quilombolês”, enfatizando o desejo de resgatar algumas palavras e termos. Há, em um dos espaços comunitários, uma parede com várias palavras e termos do território.

	Coletivo de Mulheres Indígenas as Karuana; Associação Iwipurãga do Povo Borari da Aldeia Alter do Chão; A vila também abriga o conselho de desenvolvimento comunitário de Alter do Chão, formado por mais de 40 associações, muitas formadas por boraris	
Religião da comunidade:	São de maioria católica.	A comunidade é composta majoritariamente por católicos.

Fonte: elaboração dos autores com base no acervo do projeto EBO (2024).

Percebeu-se, já nessa fase, uma disparidade em relação à participação dos comunitários na CIB e no TLA. No TLA, por exemplo, a equipe obtinha o contato apenas de três lideranças. Duas foram entrevistadas, enquanto a terceira, por dificuldades na agenda, não conseguiu participar, mesmo com a equipe apresentando outras alternativas de dias e horários, a fim de incluir a sua participação no processo. Também não houve indicação de outros participantes, fato que foi compreendido durante o campo, pois segundo a fala de alguns participantes, eles precisavam entender um pouco mais a fundo o projeto e suas respectivas propostas.

Nesse sentido, compreende-se a sensação de desconfiança por parte dos participantes, pois em uma comunidade tradicional, é preciso entender mais a fundo o interesse e a aplicabilidade de algumas ações, pois de acordo com os comunitários, recebem muitas propostas que não se enquadram no contexto local. É, portanto, uma forma de assegurar seus ideais e entender melhor a viabilidade de determinadas iniciativas ou não. Contudo, tratando-se de uma pesquisa qualitativa, a quantidade de entrevistados não foi um problema, visto que as entrevistas revelaram os dados previstos.

Na CIB o cenário foi um pouco diferente, pois o número de entrevistados foi de 5 pessoas no pré-campo com a indicação de mais 16 pessoas para serem entrevistadas na segunda fase de diagnóstico dentre comunitários, empreendedores, professores e representantes de órgãos públicos. Tal fato, pode estar diretamente

relacionado ao desenvolvimento do turismo no local, visto que é uma atividade estabelecida há alguns anos, estimulando, portanto, a participação de diferentes atores sociais.

Dentre os resultados apresentados no Quadro 3, nota-se diferenças importantes relativas ao desenvolvimento do TBC. Na CIB, aparece como principal atividade econômica na vila. É esperado, portanto, que este seja um tópico bastante sensível para a comunidade e possivelmente explica o engajamento imediato da comunidade, relatado no parágrafo anterior. Além disso, a quantidade de famílias na CIB é maior, o que pode aumentar a escala de distribuição dos lucros provenientes do turismo. Ainda, nota-se uma quantidade maior de associações locais, algumas diretamente relacionadas com o turismo, sendo outro possível ponto de favorecimento para o desenvolvimento turístico local.

A partir da realização do pré-campo, foi possível entender melhor a situação de cada comunidade, bem como estabelecer uma relação prévia, ainda que remota, com os participantes do projeto, fato que contribuiu com o desenvolvimento da segunda fase do diagnóstico: o campo, que será apresentado a seguir.

O campo

Compôs a segunda fase do diagnóstico e consistiu no primeiro contato presencial entre a equipe de pesquisadores e as comunidades participantes do projeto. Nessa fase, buscou-se reunir *in loco* as informações divididas em dois eixos temáticos. O primeiro estava diretamente ligado ao turismo e aos recursos socioambientais disponíveis com potencial para desenvolvimento de produtos turísticos, enquanto o segundo estava voltado aos fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento do turismo nos territórios. Esta fase contou com técnicas de observação, rodas de conversa, caminhadas transversais (SOUZA, 2009), visitas técnicas, entrevistas semiestruturadas e oficinas participativas pelo período de cinco dias. Os resultados das oficinas participativas foram consolidados em um "Semáforo socioambiental e cultural do turismo" (MARTINS, 2022).

Na CIB foi possível a realização de 2 rodas de conversa, 4 entrevistas individuais, visitas técnicas aos pontos de interesse turístico e participação em experiências já oferecidas por representantes das comunidades, além das oficinas

pré-estruturadas, a oficina de semáforo socioambiental e a oficina de aspectos técnicos, com a média de participação de 5 pessoas em cada oficina.

No TLA as conversas aconteceram majoritariamente em grupo, visto que não possuem empreendimentos turísticos. Foram realizadas 3 rodas de conversa, visitas aos espaços coletivos e aos espaços naturais, além das oficinas “semáforo socioambiental” e “aspectos técnicos”, que contaram com uma média de participação de 10 comunitários.

Nota-se, de imediato, que a metodologia apresentou grande capacidade de adaptação para a aplicação diante das diferentes realidades encontradas nas comunidades. O caráter mais urbanizado na CIB exigiu que as pesquisadoras realizassem mais entrevistas individuais, a fim de abranger a maior quantidade de comunitários possível. A maioria dos Boraris trabalham ou estudam em horário comercial, dificultando sobremaneira a reunião para as oficinas conjuntas. No TLA, por sua vez, as conversas coletivas eram muito mais viáveis, além de mais desejadas pelos quilombolas, diante de sua estrutura social.

Relativo aos recursos socioambientais (eixo 1), os recursos naturais foram majoritariamente relacionados à floresta e seus elementos (vegetação, rios, igarapés, igapós, espécies animais, etc) sendo considerado fundamental para a atividade turística, fato apontado na literatura por Coelho e Gontijo (2021), pois acreditam que os modos de vida amazônicos, bem como o profundo conhecimento da floresta, são a maior riqueza vivenciada pelos visitantes.

A relação dessas comunidades com a floresta é de extrema conexão, permeando também suas tradições e cultura no mais amplo aspecto. As histórias, danças, gastronomia, perpassam por esse ambiente natural. Eles se sentem parte do todo e compreendem que o desfrute da floresta deve ser feito respeitando os limites e todo o ecossistema ali presente. No entanto, em nenhuma das comunidades houve manifestação de privações desse espaço ao turista, a despeito de todo o valor material e simbólico que elas carregam.

Em geral, na cosmovisão dessas comunidades, há uma compreensão de que o acesso desses visitantes à floresta, se bem mediado, poderá promover a sensibilização necessária para protegê-la. De acordo com Goebel (2019), a pesquisa no turismo apresenta, entre outros benefícios, a co-criação de iniciativas

específicas para a comunidade, promovendo mudanças sustentáveis também nos ambientes naturais.

Embora ambas tenham seus coletivos formados, nota-se na CIB uma estrutura associativista mais pluralizada, pois há mais de um coletivo de mulheres, associação de catraieiros, conselho comunitário e coletivos culturais. Por outro lado, o TLA possui uma concentração na sua Associação Quilombola do Baixo Caeté, em que o trabalho é organizado e gerido de forma estruturada, porém, demonstraram o desejo de criar associações específicas, como uma voltada para o turismo. A formalização dos coletivos auxiliam fortemente na organização do turismo em comunidades tradicionais, sobretudo na ampliação do diálogo e na tomada de decisões, possibilitando maior informação sobre as dinâmicas e estruturas necessárias para a implementação do TBC (RABINOVICI, 2012).

Na CIB, percebe-se uma quantidade maior de patrimônios registrados, visto que a própria vila é patrimônio cultural de natureza material e imaterial do Estado do Pará e seus catraieiros são patrimônio histórico material e imaterial municipal. Cabe destacar, o forte movimento comunitário cultural local relacionado ao carimbó, patrimônio imaterial tombado pelo IPHAN, com a presença da juventude local, que é bastante engajada na salvaguarda desse patrimônio.

No TLA, há uma percepção sobre a necessidade do fortalecimento da identidade cultural e da ancestralidade no território, com destaque para a presença da escola local, que os comunitários vêm vangloriando o incremento de estudos e questões voltados para a cultura quilombola. Durante o diagnóstico, os comunitários enfatizaram a importância de expor e destacar a importância do legado cultural, citando a história do Mestre Jorge, cantor e compositor da comunidade, assim como do carimbó e da capoeira, que podem ser mais trabalhados, almejando a inserção dos mais jovens, e vinculando-os à oferta turística.

As comunidades também apresentam muitas similitudes no que tange aos aspectos culturais e a hospitalidade. Ressalvadas algumas características, ambas reconhecem o carimbó, a história oral, o artesanato e a gastronomia como recursos importantes para o turismo local, compactuando com a ideia de Denkewicz, Martins e Nigro (2022), que o desenvolvimento do turismo tem estimulado o fortalecimento de

traços culturais. No entanto, essas categorias apresentaram diferenças importantes reconhecidas tanto pelos pesquisadores como pelos próprios comunitários.

O calendário fixo de eventos e festividades na CIB proporciona um fluxo turístico local espontâneo, contudo, é claro para a comunidade o tipo de turista que deseja atrair para o território. Público massivo e de difícil manejo nem sempre é visto com bons olhos pelos participantes. A presença de uma escola indígena na CIB com mais de 600 alunos, com 70% indígenas e 92% dos funcionários indígenas, auxilia no resgate da língua tradicional, algo almejado por ambas as comunidades, aumentando os recursos culturais a serem disponibilizados para o turismo na CIB.

O bem receber é comum às duas comunidades, uma vez que se propõem a atender o turista e auxiliá-lo em suas necessidades. Em geral, sentem-se apropriados de seus territórios e compreendem a importância dessa qualidade para o sucesso da atividade turística local, corroborando com o pensamento de Beares e Cabral (2008), ao afirmarem que o orgulho da própria comunidade é traduzido em uma recepção hospitaleira, marcada pelo preparo de refeições com insumos locais, conversas, caminhadas etc.

No entanto, é notório que na CIB a comunidade sente maior segurança nos processos que envolvem o recebimento dos turistas do que no TLA, facilmente explicável pela atuação mais longa e massiva do turismo na comunidade indígena. Durante as atividades no TLA, foi possível ouvir, por exemplo, frases como “informação a gente tem, mas precisamos de formação”; explicitando bem a percepção que possuem sobre o enquadramento e entendimento relacionados às questões específicas do turismo.

Diante do panorama apresentado, ainda sobre o eixo 1, relacionado ao turismo e recursos socioambientais, é possível perceber semelhanças e disparidades em relação às duas comunidades apresentadas, com destaque para a difusão dos seus recursos naturais, apontada na literatura por Batista e Paula (2014) e aparecendo como um dos principais elementos em ambas, assim como o resgate e revitalização de tradições por ora adormecidas (SOUZA, 2013), visto que pontuaram a importância do carimbó, capoeira, músicas, artesanato, entre outras, que podem ser melhor trabalhadas.

Um outro ponto importante, é a percepção sobre o tipo de turismo que ambas as comunidades almejam, pois ficou claro o desejo por uma atividade mais responsável, voltada para a vivência de experiências turísticas que considerem as potencialidades e práticas locais, caminhando num sentido oposto ao turismo de massas, fato evidenciado também na literatura por Rangel e Guerra (2019). Além da importância de se perceberem atores centrais na oferta turística, bem como na sua estruturação, por meio de um processo participativo e decolonial, pois de acordo com Budel, Severini, E Rejowski (2023), é essencial que ao desenvolver ações voltadas para o TBC, os integrantes da comunidade sintam-se protagonistas do processo, a partir da partilha das relações interpessoais.

O segundo eixo, analisado a partir das oficinas de diagnóstico participativo, está relacionado aos aspectos técnicos de infraestrutura em cada território. O formulário de avaliação contemplou 18 indicadores fechados avaliados individualmente por cada participante da oficina com pontuações que vão de 1 a 5, além do item NA (não se aplica), visto que algumas questões poderiam não ser uma realidade para determinadas comunidades.

Neste eixo, constatou-se que há percepções sensivelmente diferentes nas comunidades em cada um dos indicadores. No TLA, os participantes avaliaram positivamente a presença de guias e mediadores, mencionando o espírito hospitaleiro dos comunitários, porém, desconsideraram a formação desses profissionais, enquanto na CIB, essa avaliação foi mediana, justamente por atentarem para o aspecto formal dos guias, que em maioria são condutores de turismo.

Os aspectos de acessibilidade foram igualmente mal avaliados nas duas comunidades. Outro indicador bastante divergente na avaliação dos comunitários foi a estrutura dos banheiros e suas condições de uso. Enquanto na CIB essa avaliação esteve mais concentrada nas notas 1 e 2, pois os comunitários julgaram insuficiente a quantidade de banheiros públicos que atendessem ao fluxo de turistas na vila. Já no TLA, a comunidade entendeu que esse indicador está bem próximo da nota máxima, devido a disponibilidade de banheiros nos espaços comunitários. Porém, seus participantes mencionaram durante outras atividades, a necessidade de melhorias nesses espaços, compreendendo que algumas questões podem ser mais estruturadas, fato que destaca um novo olhar já a partir do diagnóstico.

A estrutura em relação ao serviço de energia elétrica, assim como para o fornecimento de internet também apresentaram resultados bastante divergentes, sendo a CIB mais bem avaliada que o TLA, fato que pode estar relacionado ao cenário mais urbanizado em que encontra-se. Tais questões apontam para uma série de problemas, como por exemplo a comercialização, pois segundo Santos, Carvalho e Tricárico (2020), a divulgação de atrativos no turismo étnico ainda é um dos grandes desafios, considerando as limitações de acesso à internet.

Em relação à segurança em atividades de visitação, os participantes da CIB compreendem como mediano, porque os condutores prezam pelo uso de equipamentos de segurança, mas acredita-se que medidas possam ser adicionadas para aumentá-la. No TLA, a condição é diferente, visto que todos os participantes optaram pela nota 2. Segundo eles, o fato está diretamente relacionado aos custos, visto que investir em equipamentos e medidas de segurança requer investimento, revelando, assim, a necessidade de apoio, ao mesmo tempo que esclareceram a preocupação e a busca por alternativas para melhorias.

No item voltado para a sinalização turística, as dificuldades são notórias. Na CIB, os comunitários avaliaram com notas baixas, enquanto no TLA, consideraram como não se aplica. Tal fato revela a carência de ações voltadas para o turismo, que esbarra também, em ações governamentais, pois para além da sinalização turística, a sinalização básica é limitante.

No que tange à hospedagem, os cenários divergem no sentido estrutural, já que a CIB sinalizou como altamente positivo, por haver uma oferta de diferentes meios de hospedagem no local. No TLA, as hospedagens são realizadas nas próprias casas dos comunitários, e por isso, os participantes avaliaram de maneira mediana, considerando a necessidade de ajustes como oferta de redes, mosquiteiros e ajustes estruturais em suas residências para melhor recepcionar os turistas. Nesse sentido, é possível perceber que as comunidades estão buscando alternativas que viabilizem a oferta do turismo, realidade que nem sempre é factível com outras localidades, que devido a precarização ou falta de infraestrutura não veem a atividade turística como uma possibilidade, conforme exposto por Bonfim *et al.* (2022).

O décimo primeiro eixo tratou exclusivamente sobre a limpeza e higiene. Na CIB, a avaliação foi crítica, com destaque para a insuficiente coleta de lixo por parte do poder público municipal devido a grande incidência de barracas comerciais no entorno do local. Enquanto no TLA, os comunitários avaliaram positivamente, considerando que o espaço onde as atividades acontecem é na “casa” deles, ou seja, dentro do território e por isso, as condições são boas.

Por fim, os participantes de ambas as comunidades mencionaram questões negativas relacionadas ao saneamento básico, identificadas também, nos estudos de Brandão, Barbieri e Júnior (2015). Na CIB, o lixo não é destinado para um aterro sanitário, enquanto no TLA, não há coleta por parte do poder público municipal. Especificamente sobre o tratamento de esgoto, os pesquisados do TLA destacaram a importância da EMBRAPA, que realizou um trabalho para a implementação de fossas biodegradáveis. Ou seja, é notória a importância de parcerias nas comunidades, que se deparam, frequentemente, com a falta de apoio do poder público em diferentes questões. Sobre a disponibilidade e qualidade da água, as avaliações foram positivas, visto que os participantes de ambas destacaram a riqueza aquífera local nas avaliações, de forma que, o serviço de tratamento não foi o único item de avaliação.

Os resultados provenientes da oficina de aspectos técnicos evidenciam a importância e assertividade da metodologia usada no contexto das comunidades tradicionais. Embora o conjunto de indicadores tenha sido composto por itens fechados, avaliados a partir de uma escala numérica, a orientação aos pesquisadores era tomar nota de como aquele item estava sendo lido pela comunidade. Assim, foi possível compreender, por exemplo, o que a CIB e o TLA estavam julgando ao pontuarem a “presença de guias e condutores”, viabilizando resultados coerentes com a percepção da comunidade sobre si mesma. Esta lógica foi aplicada em todos os indicadores e especificadas nos relatórios que, após finalizados, foram encaminhados para a validação das comunidades. Finalizando a etapa diagnóstica, há uma explanação do pós-campo, sua última fase.

Pós-campo

A última fase do diagnóstico, destinada à consolidação dos resultados obtidos durante as duas fases anteriores a partir dos diários de campo, registros fotográficos e materiais produzidos nas oficinas, subsidiaram a construção de um relatório, elaborado pelos dois pesquisadores responsáveis por cada comunidade.

O relatório contém informações gerais sobre a comunidade, a metodologia utilizada, identificação e caracterização dos participantes e os resultados de ambos os eixos temáticos citados anteriormente. Além disso, possui recomendações elaboradas pelos pesquisadores, com base nas informações coletadas e suas respectivas percepções em relação ao turismo direcionadas aos próprios comunitários, bem como recomendações para a gestão pública, pois identificou-se que nem todas as questões competiam às comunidades.

Após a finalização do relatório, houve um processo de validação em cada comunidade, que ocorreu de forma remota. Apresentou-se o conteúdo completo, a fim de validar as informações obtidas e a forma em que foram expostas, envolvendo, mais uma vez, os participantes no processo. A partir do aval e eventuais alterações, o processo diagnóstico foi finalizado, proporcionando um panorama de cada comunidade e subsidiando informações para as etapas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido a partir das ações iniciais da primeira edição do projeto Experiências do Brasil Original, conduzido pela equipe da UFF e promovido pelo MTur. Para a sua condução, considerando a riqueza de informações obtidas nas quatro comunidades selecionadas, optou-se por desenvolvê-lo com base nos dados encontrados na Comunidade Indígena Borari e no Território Laranjituba e África, localizados no estado do Pará.

Tratando-se de duas comunidades tradicionais, sendo uma indígena e outra, quilombola, foi possível identificar suas similaridades e disparidades a partir da aplicação de um diagnóstico participativo, que considerou desde o primeiro momento, a importância de incluir os comunitários numa posição central da oferta turística, evidenciando suas forças, potencialidades e pontos a serem melhorados.

Entende-se, portanto, como o maior resultado desta pesquisa, a alta relevância das metodologias participativas nesse cenário, especialmente por sua fácil adaptação e aplicação a partir dos recursos e necessidades percebidas no campo, viabilizando o protagonismo dos comunitários envolvidos, de diferentes faixas etárias e níveis de conhecimento e ainda independentemente do desenvolvimento turístico local.

De maneira geral, a CIB percebe seu grande potencial para o desenvolvimento de uma atividade turística menos acelerada como a que acontece atualmente na vila. O amplo conhecimento da comunidade de seu território, sua histórias e cultura, combinados à grande beleza natural e cultura possibilitam a criação de experiências muito singulares e profundas com alto poder de transformação pessoal. Alter do Chão já é um destino de grande repercussão nacional e internacional, contudo, ainda falta uma ligação direta deste destino tão conhecido com seu povo, o povo Borari.

Esse processo acontece de forma similar no TLA, que tem a oportunidade de conduzir o desenvolvimento da atividade turística em seu território desde o início, visto que os comunitários já evidenciam o tipo de turismo que eles querem desenvolver: uma atividade pautada no respeito, na cultura local, tradições, atividades naturais, entre outras questões. Embora a atividade turística ainda aconteça num curto período temporal, os participantes destacam a sua principal importância: lutar pelo território, preservar as origens e dar mais possibilidades aos jovens quilombolas.

Além disso, os participantes acreditam que a atividade turística pautada nos princípios do turismo de base comunitária pode vir a ser uma via de auxílio no resgate de tradições que foram sendo adormecidas ao longo do tempo, como o artesanato, as danças locais, a musicalidade e o uso da língua nativa.

Todo esse processo, contudo, deve ser iniciado a partir da disposição real de investimento e empenho de recursos nessas comunidades como meio de desenvolvimento local. Os territórios tradicionais carecem de muitos investimentos e limitações de infraestrutura que afetam primeiramente a qualidade de vida dos comunitários, e também, o turismo. Cientes e críticos dessas limitações, os membros dessas comunidades compreendem a necessidade de melhorias nos espaços físicos,

utilização de equipamentos de segurança, entre outras demandas, porém, esbarram em uma questão cerne: a falta de recursos financeiros.

Dentre as limitações percebidas, está a aplicação do método em projetos de grande escala, levando em conta a dedicação, tempo e qualificação da equipe executora. Essa limitação pode ser minimizada com a dispensa de recursos que permitam a contratação da equipe em número adequado, bem como o estabelecimento de um calendário de execução viável que permita que comunitários e equipe executora, o realizem em sua integridade.

Sugere-se o estudo destas duas outras comunidades participantes em 2023, bem como um levantamento que busque apresentar outras técnicas advindas de metodologias participativas usadas em outras comunidades tradicionais (caiçaras, ribeirinhos, ciganos etc.) em relação à aplicação de diagnósticos participativos em outros projetos, por exemplo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Ministério do Turismo pelo financiamento do projeto Experiências do Brasil Original, assim como às demais instituições envolvidas, que possibilitaram o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luíza Helena Salviano dos Santos; EUZEBIO, Umberto. A categoria desenvolvimento e os impactos das políticas públicas sobre comunidades tradicionais. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 1, p. 6004-6027, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23257/18686>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ALMEIDA, Fabiana. A. Bernardes; CASTRO, Júlia Fonseca de. Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 17, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1161>. Acesso em: 10 mai. 2024.

AMARILLIO, Francisco. Turismo de base comunitária e possibilidades de cooperação transfronteiriça. *Geographia Opportuno Tempore*, v. 9, n. 2, p. e48867-e48867, 2023.

Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://doi.org/10.5433/got.2023.v9.48867&sa=D&source=docs&ust=1717872388991734&usg=AOvVaw0VecAhFmKt3iZBKuV05HRF>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ARAÚJO, Wilson Alves de; TEMOTEO, Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, Maristela de Oliveira; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. *Interações (Campo Grande)*, v. 18, p. 05-18, 2017. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/1392>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRANDÃO, Cristiane do Nascimento; BARBIERI, José Carlos; JUNIOR, Edgar Reyes. Análise da sustentabilidade do turismo: um estudo em comunidades indígenas no Estado de Roraima, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 9, n. 3, p. 500-518, 2015. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/707>. Acesso em: 01 jun. 2024.

BATISTA, Sidney Daniel; PAULA, Viviane Cristina. Estudo sobre as paisagens culturais das comunidades quilombolas Altos dos Bois e as possibilidades do desenvolvimento da atividade turística. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <https://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=2184#:~:text=Resumo%3A%20Este%20trabalho%20se%20prop%C3%B5e%20a%20lan%C3%A7ar%20um,pelos%20n%C3%BAcleos%20quilombolas%20domiciliados%20no%20Vale%20do%20Jequitinhonha>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BAUM, Fran; MACDOUGALL, Colin; SMITH, Danielle. Participatory action research. *Journal of epidemiology and community health*, v. 60, n. 10, p. 854, 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2566051/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

BEARES, Luis Alberto; CABRAL, Samanta Gallo. Percepção da hospitalidade na visitação turística de comunidades isoladas na região de Paraty: guaranis, caiçaras e quilombolas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 2, n. 3, p. 19-40, 2008. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/109>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BONFIM, Izac Oliveira Belino; CORBARI, Sandra Dalila; MENDES, Julio da Costa; SERQUEIRA, Bernadete Dias. Representaciones sociales sobre el desarrollo del turismo en Tierras Indígenas Terena. *Revista Investigaciones Turísticas*, nº 23, pp. 314-338. 2022. Disponível em: <https://investigacionesturisticas.ua.es/article/view/18371>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n. 9763, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.70-A, p.12, 11 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.

BRANDÃO, Cristiane do Nascimento. *Turismo em Terras Indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável: estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima*. Dissertação de Mestrado. Mestrado Acadêmico em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

BUDEL, Luana; SEVERINI, Valéria Ferraz; REJOWSKI, Mirian. Dimensões da Hospitalidade no Turismo de Base Comunitária: simbologias, ritos e artefatos na casa de farinha em Mangabeira. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 17, p. e-2497, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/9VXN6wDfL9Lg9q5gxBH5vYQ/>. Acesso em: 01 mai. 2024.

BURGOS, Andrés.; MERTENS, Frédéric. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, El Sauzal, v. 13, n. 1., p. 57-70, 2015. Disponível em: https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/15088/PS_13_1%20%282015%29_04.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 mai. 2024.

CARDOSO, Tássio Simões; BOMFIM, Natanael Reis. EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA. *CULTUR-Revista de Cultura e Turismo*, v. 14, n. 01, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/2715>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CARVALHO, Joelma Monteiro de; TRICÁRIO, Luciano Torres. Signos identitários do Sámi e Sateré-Mawé: fatores de indução para o turismo étnico indígena. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 16, p. e-2296, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/djsxWTqwLx9dHG6YFSvztdC/>. Acesso em: 25 mai. 2024.

COELHO, Eduardo de Ávila.; GONTIJO, Bernardo Machado. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 20-41, 2021. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=14580>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DENKEWICZ, Patrícia; MARTINS, Bruna Morante Lacerda.; NIGRO, Giuliano Torrieri. Turismo e comunidades tradicionais: uma reflexão acerca da Ilha do Mel, PR. *Turismo e Sociedade*, v. 14, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=14582>. Acesso em: 21 mai. 2024.

DINIZ, Francisco. *Crescimento e desenvolvimento econômico: modelos e agentes do processo*. Lisboa, PT: Editora Sílabo, p. 4-16, 2006.

EIDT, Eloá Júlia de Cezaro. *Desenvolvimento endógeno por meio do turismo: um estudo sobre termalismo e roteirização turística rural no município de Quilombo-SC*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. 2022.

ENGELS, Guido Irineu. Pesquisa-ação. *Educar em Revista*, p. 181-191, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/dDzflYyDpPZ3kM9xNSqG3cw/?lang=pt>. Acesso: 05 mai. 2024.

GOEBEL, Katharina.; BORGES, Celiane Camargo; EELDERINK, Madelon. Exploring participatory action research as a driver for sustainable tourism. *International Journal of Tourism Research*. v. 22, n.4, p.425-437, 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jtr.2346>. Acesso: 09 abr. 2024.

GRZEBIELUKA, Douglas. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. *Revista Geografar*, v. 7, n. 1, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/895e/fea3e9ec07b2994500c1f5f0e334db5ef044.pdf>. Acesso: 03 mar. 2024.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLLO, Roberto; SANSOLO, Davi Grubes; BURSZTYN, Ivan. *Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras*. p. 108-121, 2009.

KAJIHARA, Kelly. Akemi. A IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, p. 05 a 05-05 a 05, 2010. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3525#:~:text=Kelly%20Akemi%20Kajihara%20Resumo%20Estudo%20descritivo%20e%20anal%C3%ADtico,produzidos%20pelo%20Instituto%20Brasileiro%20de%20Turismo%20%E2%80%93%20EMBRATUR>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MARTINS, Mayara Roberta; FUTEMMA, Célia. O turismo como um bem comum e o papel da juventude em sua gestão no quilombo de Ivaporunduva no Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, p. 376-398, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.homologa.ufpr.br/made/article/view/76646>. Acesso em: 29 mai. 2024.

PORTO, Nailza Pereira; PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos. Análise socioeconômica do turismo comunitário na Comunidade Indígena Nova Esperança, RDS Puranga Conquista (AM). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 12, n. 4, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6758>. Acesso em: 29 mai. 2024.

RABINOVICI, Andrea. Formatando roteiros turísticos quilombolas no entorno de Áreas Protegidas no Vale do Ribeira (SP). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago-2012, pp.153-172. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6043>. Acesso em: 29 mai. 2024.

RANGEL, Luana de Almeida; GUERRA, Antonio José Teixeira. Geoturismo como alternativa ao turismo de massa na vila de Trindade, litoral do Parque Nacional da Serra da Bocaina – Paraty (Rio de Janeiro). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 20, n. 72, p. 506–521, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/46837>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANT'ANNA, Alessandra de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Os atores locais como promotores de Desenvolvimento Territorial Endógeno. *COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 35-59, 2019. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1315>. Acesso em: 10 abr. 2024

SANTOS, Anderlany Aragão dos; SAYAGO, Doris Aleida Villamizar; MILLER, Francisca de Souza; GOLETS, Anastasiya. TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA TERRITORIAL NA COMUNIDADE DO CUMBE, CEARÁ, BRASIL. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 19, n. 3, p. 551–568, 22 Out 2022 Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/20156>. Acesso em: 22 mar. 2024

SOUZA, Aguinaldo Cesar de. A resignificação das tradições indígenas da Comunidade Sateré-Gavião, no contexto do turismo na cidade de Manaus (Amazonas, Brasil). *Revista Turismo & Sociedade*, v. 6, n. 4, p. 741-765, 2013. Disponível em: 3066faad10da3a0cb49aece56ce86cdac797-libre.pdf (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 27 abr. 2024

SOUZA, Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). *Revista em extensão*, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34-47, 2009. Disponível em;

<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/20380/10850>. Acesso em: 19 mar. 2024.

TOMAZIN, Mariana; RAMIRO, Patrícia Alves. Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 16, n. 3, 2016. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1175>. Acesso em: 27 mar. 2024.